



JOANINAS, JUNINAS

Louvor a São Pedro, Santo Antônio e São João
Pescador enfeita o barco
Faz fé na procissão

Depois esquentam a alma
Com pipoca, batata-doce e quentão
Tem quadrilha, tem casório
E a fumaça da fogueira
Misturada na neblina da estação

Faço fé e até promessa
Que a alegria tão brasileira
Plante semente em cada coração
Pra que em todo mês de junho o povo se dê as mãos

Chris Amorim

JUNINAS



APAS MARINHAS

Três áreas de proteção ambiental (APAS) marinhas foram criadas em outubro de 2008 a partir de decretos assinados pelo governador José Serra (PSDB). O objetivo é disciplinar o uso de recursos ambientais, ordenar a pesca, o turismo recreativo e as atividades de pesquisa. Cada uma das três unidades de conservação tem seu próprio conselho

gestor, composto por 12 representantes do governo e 12 da sociedade civil. Desde sua criação em março, as reuniões têm sido mensais para debater temas relacionados a ordenamento pesqueiro, programas de educação ambiental, pesquisa, proteção e fiscalização. Além dos conselhos foram criadas Câmaras Temáticas nas áreas de Pesca, Planeja-

mento & Pesquisa, e Educação & Comunicação.

As APAS pertencem ao grupo de Unidades de Uso Sustentável do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC. Além das três APAS Marinhas também foi criado o Mosaico das Ilhas e Áreas Protegidas que reúne as três novas unidades de conservação e outras já existentes.

Câmara de Pesca discute rede-de-entalhe

As discussões sobre regulamentação das redes-de-entalhe tiveram continuidade na reunião da Câmara Temática de Pesca da Apa Marinha Litoral Centro, dia 21 de junho. Foi apresentada a análise do Relatório do Grupo Técnico de Trabalho sobre a Gestão da Pesca de Entalhe no Brasil - GTTEentalhe (Instituído pela Portaria interministerial nº 2, de 14 de setembro de 2010). Os estudos realizados mostraram que há registro de cerca de 28 mil embarcações de rede-de-entalhe operando no país. A modalidade de pesca apresentou rápido crescimento nos últimos anos, principalmente na região sudeste-sul. Como reflexo é observado também o aumento da importação de redes, que passou de 567 t em 2000 para 1.819 t em 2010. A questão da importação de redes chinesas, mais baratas e de menor qualidade e durabilidade, também foi apontada como problema para o meio

ambiente. Por esse motivo foi reforçada a importância de iniciar as discussões sobre esse assunto, principalmente visando à regulamentação das redes via normas da ABNT. Ainda está em vigor a portaria Ibama 121/1998 que proíbe a utilização de redes-de-entalhar de fundo cujo comprimento seja superior a 2,5 quilômetros. Apesar da restrição, no Brasil encontram-se redes de cerca de 50 quilômetros. O pescador artesanal Mário Marques, da Colônia de Pescadores Z-4 de São Vicente, relatou que as redes da região possuem em média 10 milhas e as embarcações de Santa Catarina possuem redes com média de 30 milhas. Acrescentou que as redes da pesca industrial são mais eficientes para pesca, principalmente devido à diferença do tipo de cabo e peso. Mário comentou que é preciso primeiro fazer restrições para os barcos de grande porte, que competem de maneira desleal com os

pequenos. Como exemplo, seu próprio barco de pesca artesanal que tem cerca de 9 metros. João do Espírito Santo, presidente da Colônia de Pescadores Z-23 de Bertioga, concorda que os barcos de grande porte chegam muito perto da costa, competindo com os pequenos. “É preciso achar uma profundidade certa para os grandes”, conclui. Nas próximas reuniões terá continuidade a discussão sobre a regulamentação do uso das redes, analisando tamanho da rede e definição da distância da costa para as diferentes categorias.

A próxima reunião da Câmara Temática de Pesca será dia 26 de julho às 9h, e no mesmo dia, o 4º Grupo de Trabalho de Pesca Responsável se reúne às 14h. A 25ª reunião do Conselho Gestor será dia 7 de agosto às 9h, no auditório do Instituto de Pesca. Mais informações: (13) 3261.8323/3261.3445.



João do Espírito Santo e Mário Marques representam a classe dos pescadores artesanais

Contribuição sindical é obrigatória

A contribuição sindical do pescador artesanal tornou-se obrigatória. O pagamento é anual, decorrente do fato que hoje as colônias estão equiparadas a sindicatos rurais, de acordo com a Lei no 11.699 de 13 junho de 2008. A ideia é fortalecer essas entidades que representam os pescadores e auxiliam na obtenção dos benefícios sociais da classe. A contribuição sindical é obrigatória conforme estabelece o art. 608 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. O pescador que não pagar a contribuição sindical poderá ter sua licença de pesca suspensa. As colônias, ao serem equiparadas a sindicatos rurais, ficam fortalecidas em seu trabalho de defesa do pescador. Vivendo apenas

da contribuição dos associados, muitas vezes enfrentam dificuldades em cobrir a manutenção do prédio onde estão instaladas e de seus equipamentos. Até o início do ano 2000 muitas colônias não possuíam computadores e acesso à internet, o que dificultava seu trabalho de obtenção da documentação e requisição de benefícios sociais para os pescadores, como auxílio-maternidade, aposentadoria, seguro-defeso, entre outros. Mais bem equipadas, podem dar melhor atendimento ao trabalhador. Mais informações sobre a contribuição sindical podem ser obtidas na Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo, av. Dino Bueno 114, Ponta da Praia, Santos- tel: (13) 3261.2992.

Novas áreas de proteção são criadas

Uma área de 250 mil hectares na Mata Atlântica será preservada através de decreto do governo do Estado de São Paulo, que instituiu o Mosaico de Parapiacaba e Parque Estadual Nascentes do Parapanema (PENAP). O PENAP, com 22 mil ha, compõe o grande mosaico de preservação que vai proteger cerca de mil nascentes do Parapanema, colaborando também para a melhoria da qualidade de água e biodiversidade da região. O Mosaico é formado pelos parques estaduais Turístico Alto Ribeira (PETAR), Intervalos, Carlos Botelho, Estação Ecológica Xitue, APA Serra do Mar e o novo Parque Estadual Nascentes do Parapanema. Na ocasião da assinatura, o secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo Bruno Covas, declarou que a área é um presente para futuras gerações.

Registro de pescador agora é definitivo

O ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, anunciou no dia 29 de junho, Dia do Pescador, uma nova medida que irá beneficiar estes trabalhadores. A partir de agora não será necessário renovar o Registro Geral da Atividade Pesqueira. O pescador profissional terá que preencher um relatório de produção anualmente comprovando que exerce a atividade.

“A carteira de pescador passa a ser como uma carteira de identidade de um cidadão comum, ela não precisa ser renovada todos os anos. Isso evita que um pescador que esteja longe do centro, longe de uma capital não tenha que se deslocar às vezes 20 horas ou até mais para ter sua carteira renovada”, diz Crivella. A medida foi editada na Instrução Normativa MPA nº 6 de 03/07/2012.

Defesos

Cherne-poveiro (*Polyprion americanus*) 06/10/2005 a 6/10/2015
Mero (*Epinephelus itajara*) 23/09/2007 a 23/09/2012
Lagosta-vermelha (*Panulirus argus*), lagosta-verde (*Panulirus laeviscauda*)
01/12/11 a 31/05/1
Sardinha (*Sardinella brasiliensis*)-15/06 a 31/07/12 - 01/11/12 a 15/02/13

Pescador artesanal:

Procure a Colônia de Pescadores mais próxima para ter sempre sua documentação atualizada. Além de representar e defender os direitos e interesses dos pescadores artesanais relativo ao setor da pesca, as colônias podem:

- Requerer ou renovar a licença de pescador profissional (RGP)
- Requerer ou renovar a licença e registro de seu barco
- Requerer benefícios sociais como: aposentadoria rural, auxílio-natalidade, auxílio-enfermidade, auxílio-reclusão, seguro-defeso



EXPEDIENTE

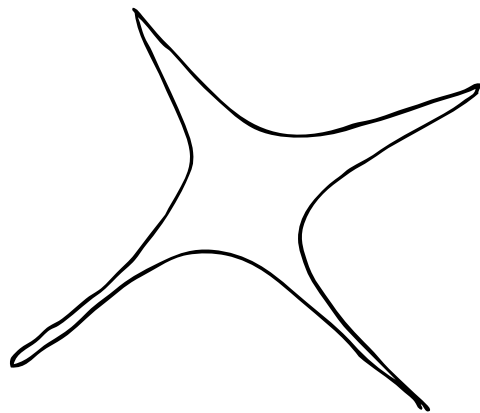
MARTIM-PESCADOR
www.jornalmartimpescador.com.br

Órgão Oficial da Federação de Pescadores do Estado de São Paulo
Presidente Tsuneo Okida

Av. Dino Bueno, 114
Santos - SP
CEP: 11030-350
Fone: (013) 3261-2992

Jornalista responsável: Christina Amorim MTB: 10.678/SP christinamorim@gmail.com
Fotos e ilustração: Christina Amorim; Diagramação: cassiobueno.com.br; Projeto gráfico: Isabela Carrari - belacarrari@hotmail.com
Impressão: Diário do Litoral: Fone.: (013) 3226-2051
Os artigos e reportagens assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou da colônia

A poeta Madô Martins
buscou inspiração no
pescador



distante de casa
pescador tem companhia –
estrela de inverno



Madô Martins

Sesc na trilha dos haicais

Haicais dos poetas do Grêmio Caminho das Águas, ilustrados por Christina Amorim, estão expostos no SESC-Santos de 7 de julho a 19 de agosto. O haikai, poesia de origem japonesa, potencializa o estreito relacionamento do homem com a natureza. A arte está em adesivos que foram colocados em paredes e vidraças da unidade do Sesc, compondo as quatro estações do ano. Em todos os sábados de julho, Mahelen Madureira e Regina Alonso realizam oficinas trazendo a história do haikai e sua prática coletiva. Os haicais dos participantes serão finalizados de forma lúdica: tanzaku, marcadores de livro, balões.



Caruartes em Santos



As artesãs Vanda Góis e Lygia Mesquita expõem seu trabalho em Santos

Peças de artesanato feitas com descartes da natureza são o forte do Grupo Caruartes. As artesãs Vanda Góis, Lygia Mesquita e Edviges Cerqueira, moradoras de Caruara, na área continental de Santos, buscam inspiração de seu trabalho em pedaços de bambu, folhas de coqueiros, conchas para construir vasos, luminárias e outras peças decorativas. O artesanato está em

exposição até 31 de agosto, na Euclides da Cunha, 28, em Santos.

Os trabalhos também serão vendidos na Festa da Banana do Mercado Municipal de Santos, que tem início de 2 a 5 de agosto, e prossegue por mais dois fins de semana dias 11, 12, 18 e 19 de agosto. Não perca. Conheça mais sobre o grupo em caruartes.blogspot.com.br

Informativo APA Marinha Litoral Centro

NOVAS REGRAS PARA PESCA PROFISSIONAL COM O USO DE REDES NAS PRAIAS

A Resolução da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) nº 51, publicada no dia 28 de junho de 2012, estabeleceu normas para atividades pesqueiras profissionais realizadas com o uso de redes em praias inseridas nos limites da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro (APAMLC).

Esta normativa compreende as praias voltadas para o mar, desde o município de Peruibe até Bertioiga, com exceção da Baía de Santos/São Vicente, região que está fora da APAMLC.

TODAS AS PESSOAS envolvidas na atividade de pesca utilizando os petrechos previstos nesta normativa **DEVERÃO SER PESCADORES PROFISSIONAIS.**

Os petrechos de pesca utilizados nas áreas protegidas deverão atender as seguintes especificações:

Arrasto-de-praia (lanço-de-praia ou arrastão-de-praia):

- Comprimento máximo: 500 m;
- Tamanho mínimo de malha: 70 mm (nós opostos);
- Utilização de tração humana exclusivamente.

Picaré para caceio-de-praia:

- Comprimento máximo: 50 m;
- Altura máxima: 3,5 m;
- Tamanho mínimo de malha: 70 mm (nós opostos);
- Panagem simples;

Rede-Singela (pano simples) para caceio-de-praia:

- Comprimento máximo: 50 m;
- Altura máxima: 3,0 m;
- Tamanho mínimo de malha: 70 mm (nós opostos);
- Panagem simples;

Rede feiticeira ou tresmalho para caceio-de-praia:

- Comprimento máximo: 60 m;
- Altura máxima: 5,0 m;
- Tamanho mínimo de malha interna: 70 mm (nós opostos);
- Tamanho mínimo de malha externa: 140 mm (nós opostos);
- Utilização de tração humana exclusivamente.

Tarrafa:

- Tamanho mínimo de malha para peixes: 70 mm (nós opostos);
- Tamanho mínimo de malha para camarões: 26 mm (nós opostos).

Os petrechos de pesca citados **não poderão ser utilizados nas desembocaduras de rios** com áreas distantes **até 500 m** em direção ao mar e nas áreas adjacentes.

Os petrechos de pesca citados **não deverão ser utilizados** entre 9h00 e 19h00 em praias urbanizadas ou com frequência de banhistas, em qualquer período do ano.

De março a novembro, com exceção dos finais de semana e feriados, a pesca com esses petrechos é permitida em qualquer horário, somente nas seguintes praias dos municípios:

- o Peruibe: Ruínas
- o Itanhaém: Gaivota, Jamaica, Bopiranga, Jardim Suaarão, Campos Elíseos e Marrocos;
- o Mongaguá: Flórida Mirim, Jussara, Itaóca, Jardim Praia Grande, Vila Atlântica e Vera Cruz;
- o Guarujá: Perequê e Praia Branca;
- o Bertioiga: Indaiá, Itaguaré, Guaratuba e Boracéia.



Coluna EMBRAPORT

Animais Silvestres: a importância de monitorar para proteger

A Embraport, por ocasião das obras de construção de seu terminal portuário localizado na Margem Esquerda do Porto de Santos, e em cumprimento às exigências da Licença de Instalação nº 387/2006, estabelecida pelo IBAMA, realiza diversos programas de mitigação de impactos ambientais. Um deles é o Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre, que tem como objetivo conhecer a atual área de vida destes animais em função de potenciais impactos decorrentes da instalação do terminal.

Para isso, são realizadas rondas diárias com a finalidade de monitorar a presença destes mamíferos, répteis e aves silvestres. Há também um procedimento de catalogação, estudo e avaliação no qual as aves encontradas nas dependências do terminal durante a atividade de monitoramento são capturadas, recebem uma anilha com a identificação do Centro de Pesquisa para a Conservação das Aves Silvestres – CEMAVE, e posteriormente são soltas de volta à natureza.

O Monitoramento de Fauna Terrestre é realizado com o apoio do Centro de Triagem de Aves Silvestres – CETAS, que presta um serviço ambiental de suma importância para região. Animais silvestres, uma vez encontrados pela Embraport e verificada a necessidade de cuidados veterinários, são imediatamente encaminhados para este Centro de Triagem, onde são medicados e, caso necessário, ficam em estado de quarentena, sendo reinseridos em seu habitat natural após este período.

O que é o CETAS

O Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS, é um órgão diretamente vinculado ao IBAMA. Instalado em uma estrutura de 586 m², a unidade do Refúgio Mata Atlântica Lello – Unimonte possui capacidade para receber animais de pequeno e médio porte.

O local reabilita animais silvestres frutos de apreensão, criados ilegalmente, ou a até mesmo os que são feridos por causas

naturais e atua sob a Lei estadual nº 5.197/67, que afirma que os animais silvestres são propriedade do Estado.

O CETAS fica a Avenida Galeão Coutinho, 517, no Jockey Clube, em São Vicente.

Crime Ambiental

De acordo com o Artigo 29 da Lei Nº 9.605/98, matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécies da fauna silvestre nativa ou em rota migratória sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida prevê uma pena de detenção de 6 (seis) meses a 1 (um)



Gavião Asa de Telha, espécie que integra o Programa de Monitoramento da Fauna Silvestre

ano, além de multa.

Em caso de tráfico de animais silvestres, segundo o Art. 11 do Decreto Nº 3.179/99 o infrator será penalizado com multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por unidade com acréscimo por exemplar excedente de: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do anexo I da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES; e R\$ 3.000,00 (três mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do anexo II da CITES.

Os psitacídeos (papagaios, maritacas, periquitos e araras) brasileiros culminam em uma multa de R\$ 500,00 a R\$ 5.000,00 de acordo com o grau de ameaça da espécie. (FONTE IBAMA)

Denuncie crimes ambientais:

IBAMA: (13) 3227-5775

Polícia Ambiental: (13) 3354-2800 ou (13) 3354- 2928



Este jornal pode ser reciclado. Descarte corretamente após ler e compartilhar com seus familiares e amigos.

Informações da Área de Comunicação da EMBRAPORT - email: faleconosco@terminalempraport.com.br

JUNINA

O mês de junho foi mês de celebração nas comunidades pesqueiras da Baixada Santista. Missas campais, procissões terrestres e marítimas marcaram o dia de São Pedro, 29 de junho, padroeiro dos pescadores. O padre Rovílio Guizzardi, da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, em Santos, seguiu o exemplo do apóstolo Pedro, pescador de homens, e saiu numa carreta distribuindo bênçãos em locais ligados à pesca, como o Mercado de Peixes, Instituto de Pesca,

Museu do Mar, Dec dos Pescadores do E aconteceram missas Carvalho, na Colônia Santos, na Vila dos P apoio da Capatazia da Santina Barros, em B Z-23, presidida por J Diana, na área contin festa junina reuniu a



ITAPEM

ILHA DIANA



“Não deixe

O apelo é da chef Lúcia Soares enfatizando a importância dos pratos tradicionais na festividade



I de C Mor junir Afim gred amer canji expli color de fa com

AS

dos Pescadores e Federação do Estado de São Paulo. Também realiza procissões em Vicente de Carvalho, presidida por Edson dos Santos, em Cubatão, com o grupo da Colônia Z-1, coordenada por Edson dos Santos, em Bertiooga, realizada pela Colônia Z-1 do Espírito Santo. Em Ilha Comprida, a tradicional procissão dos adultos e crianças.



BERTIOGA



CUBATÃO



MA



“m a festa junina morrer”

Lúcia Soares, chef e professora do curso de Gastronomia da Universidade Anhembimombi, fica indignada ao chegar numa festa junina onde são servidos de pizza a macarrão. “Onde estão os pratos típicos? Os ingredientes principais são milho, batata-doce, abóbora e coco para fazer curaus, pamonhas, paçocas, pés-de-moleque e bolos. Ela critica ainda que a festividade chegou com a culinária portuguesa, chamada de início da festa junina, em louvor a São João. As celebrações tinham influência de elementos

culturais portugueses, espanhóis e franceses. As quadrilhas foram criadas nos moldes das danças nobres francesas. Da China veio a tradição dos fogos de artifício, e as danças de fitas de Portugal e Espanha. As celebrações surgiram em comemoração à fartura das colheitas, estando o milho em evidência em nossas plantações.

Lúcia falou sobre a tradição da festa junina em palestra no Sesc-Santos, dia 28 de junho. Na ocasião, além da apresentação da quadrilha, houve degustação de pratos típicos, como o

manuê, a primeira receita de bolo de milho que chegou ao Brasil. O evento faz parte do Projeto Identidade do Gosto, criado para promover o conhecimento sobre o consumo saudável e sustentável dos alimentos, valorizando a história dos ingredientes e da cultura alimentar brasileira. Na próxima atividade, a chef Elzinha Nunes aborda Memórias culinárias, no dia 23 de agosto às 15h. As atividades são mensais e qualquer pessoa pode se inscrever na central de atendimento do SESC Santos - (13)3278-9800. Endereço: rua Conselheiro Ribas, 136.

Receita de manuê

- 2 xícaras (chá) de fubá
- 1 ½ xícara (chá) de açúcar
- ½ litro de leite
- 100 g de manteiga
- 100 g de coco seco ralado (fresco)
- 1 garrafa de leite de coco
- 1 colher (sopa) de fermento
- 4 gemas
- 1 pitada de sal

Preparo:

Fazer um mingau com fubá, açúcar, leite e manteiga. Deixar esfriar. Acrescentar gemas, leite de coco, sal, coco ralado e fermento. Colocar em forma untada com manteiga e levar para assar por 40 minutos em fogo médio. A receita original é feita com fubá de moinho de pedra, usado na roça. Na falta, pode ser substituído por fubá comum ou Mimoso.



Audiência discute exploração de petróleo

A atividade de perfuração marítima exploratória para avaliar o potencial de produção de petróleo e gás natural no subsolo marinho da Bacia de Santos foi discutida em audiência pública no auditório do Mendes Convention Center, em Santos, dia 17 de julho. Foram apresentados estudo e relatório de impactos ambientais (EIA/RIMA) da atividade de perfuração marítima de cinco poços localizados a 216 quilômetros de Santos, 190 quilômetros de Cananeia, e 239 quilômetros de Caraguatatuba. O trabalho está previsto para ser realizado num período de 10 meses, de setembro de 2012 a junho de 2013. Entre os impactos ambientais operacionais apresentados na audiência, destacam-se impedimento de pesca na área de segurança de 500 metros ao redor da plataforma, risco de colisão com embarcações e danos acidentais aos equipamentos de pesca nas rotas de navegação das embarcações de apoio, mudança temporária na qualidade da água devido ao descarte de cascalho e fluido de perfuração e efluentes (esgoto sanitário e água oleosa), dispersão ou fuga de mamíferos marinhos como baleias, golfinhos e botos, contaminação de animais e algas na área de entorno dos poços por descarte de cascalhos com fluidos de perfuração. O impacto ambiental acidental é causado na eventualidade de acidente com vazamento de óleo, originado na plataforma ou nas embarcações de apoio.

Estiveram presentes representantes de entidades governamentais (Instituto de Pesca), terceiro setor, e representantes da pesca, entre eles o presidente da Federação de Pescadores do Estado de São Paulo, Tsuneo Okida. Embora o estudo tenha considerado que o empreendimento irá afetar apenas a pesca industrial, representantes da pesca artesanal argumentaram que essa modalidade de pesca também sofrerá impacto. A justificativa é que existe uma frota de pequeno porte considerada artesanal que opera na área, e também que impactos não se restringem ao local, pois há dispersão de poluentes através das correntes oceanográficas, além da grande atração que uma plataforma exerce principalmente à noite em toda a cadeia alimentar marinha, alterando o comportamento dos animais marinhos. Também foi indicada a necessidade de cadastramento dos pescadores que podem auxiliar nas operações para uma eventual contenção de óleo, em caso de vazamento. Representantes do Instituto Laje Viva, Associação de Operadores de Mergulho e Fundação Florestal falaram do mosaico sobre as áreas de influência, onde a ocorrência um acidente com derramamento de óleo pode chegar até Santos durante entradas de frente fria com vento de sudoeste, com o vento predominante costeiro nordeste podendo seguir até o litoral norte do estado. Apontaram também a ameaça das espécies invasoras, como o coral sol, que fica aderido às plataformas de petróleo, e quando estas são removidas carregam consigo estas espécies que podem ser introduzidas no novo ambiente. Isso gera a necessidade de inspeção das plataformas antes de serem removidas. Salientaram também a importância de estudos com redes de plâncton, tendo em vista a ocorrência sazonal de raias manta no Parque Estadual Marinho da Laje de Santos e de outros animais que se alimentam de plâncton na região. As próximas audiências acontecem dia 18 de julho em Caraguatatuba e 24 de julho em Cananeia.

Festa de Bom Jesus em Ilha Diana

A gosto é mês de louvar o padroeiro de Ilha Diana, na área continental de Santos. A tradição de Bom Jesus, trazida de Iguape, no litoral sul, é mantida pelos moradores locais há 58 anos. As festividades acontecem no fim de semana de 11 e 12 de agosto, a partir das 10 h. A travessia de 20 minutos é feita por barcos, que saíram a cada meia hora, do atracadouro atrás do prédio da Alfândega, em Santos, e também de Vicente de Carvalho, em Guarujá.

Haverá comidas típicas, com a tradicional tainha assada, porções de frango e frutos-do-mar, além de doces. A programação inclui forró no sábado, e no domingo procissão terrestre a marítima em louvor a Bom Jesus. No sábado a última barca sai da Ilha às 2h da madrugada e no domingo às 18h (a confirmar). A organização do evento é da Sociedade de Melhoramentos de Ilha Diana, Diocese de Santos e Prefeitura de Santos, por meio Dear-AC (Departamento de Administração Regional da Área Continental).



A procissão de Bom Jesus é tradição em agosto

Camarão na Moranga em Bertioga

A tradicional Festa do Camarão na Moranga começa dia 3 de agosto em Bertioga. O evento será realizado na Praça de Eventos, na praia da Enseada no centro, e se estende até 9 de setembro. Há 19 anos a Colônia de Pescadores Z-23 realiza a festa, garantindo toneladas de camarão-sete-barbas e rosa de alta qualidade para o preparo caprichado dos pratos. Além de camarão na moranga, serão servidas porções de isca de peixe, bolinho de bacalhau, lula, camarão, fritas e mandioca, pastéis, doces e haverá muita diversão para as crianças. A programação acontece nas sextas-feiras a partir das 18 h. Nos sábados, o almoço tem início às 12:00 h e o jantar às 18:00 h, e nos domingos a partir de 12:00 h.



Importância da embalagem para o pescado congelado

Nesta edição damos continuidade à discussão sobre as formas de embalagem do pescado congelado. Lembramos que esse produto pode sofrer alterações relacionadas com a desnaturação das proteínas e a oxidação das gorduras. A primeira leva a alterações na textura e na coloração do músculo após o descongelamento. Já o processo de oxidação gera a rancificação do produto. Os fatores responsáveis por estas modificações são: atividade enzimática, flutuação da temperatura de estocagem e contato com o oxigênio do ar. Para se evitar esses problemas, como entrada de oxigênio na embalagem, desidratação, odores contaminantes, penetração de microorganismos e exposição à luz, bem como estabilidade do produto é necessário o bom desempenho da embalagem a baixas temperaturas. A embalagem deve propiciar ao produto congelamento rápido, descongelamento adequado, facilidade de venda do produto e proteção contra danos que possam ocorrer contra o transporte. Além disso, deve estar bem ajustada para evitar a presença de ar. As embalagens a vácuo são as mais indicadas para pescado com alto teor de gordura para evitar rancificação.

O pescado congelado pode ser embalado em sacos plásticos ou em caixas de cartão. Os sacos plásticos são de polietileno e oferecem desvantagens como: não vedação adequada do produto, pois os sacos podem ser facilmente perfurados no manuseio inadequado, ou pela rigidez das extremidades pontiagudas no produto congelado. Essa embalagem propicia ainda desidratação superficial do pescado e oxidação da gordura, devido à pouca proteção que o polietileno oferece contra a penetração do oxigênio. Os filés podem ser embalados em bandejas plásticas cobertas com polietileno, com pesos variando de 0,5 a 1,5 quilo. Os filés podem também ser embalados individualmente, facilitando a utilização dos mesmos nas quantidades necessárias. Outro tipo de embalagem utilizada para a comercialização do pescado congelado são as bandejas revestidas superficialmente com filme de polietileno. Outra forma é a utilização de sacos plásticos soldados em caixas de cartão, feitas com cartão duplex para armazenar o pescado congelado. Para dar melhor proteção ao produto esta embalagem recebe interna e externamente um revestimento à base de parafina ou filmes plásticos.



Augusto Pérez Montano - Médico Veterinário, membro da Comissão de Aquicultura do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo.

Joga fora no lixo! Mutirão de limpeza retira lixo do rio Guaratuba



Mutirão limpeza rio Guaratuba

Garrafas pet, latas de bebidas, isopor, sacos plásticos, embalagens, chinelos, linhas de pesca foram retirados do rio Guaratuba e costão, em Bertiooga. Vinte e cinco pessoas, em cinco barcos, realizaram o mutirão de limpeza que aconteceu dia 17 de junho. O lixo foi recolhido na superfície do rio e no manguezal que margeia o rio Guaratuba em

direção à nascente e à foz e costão rochoso. Durante uma manhã e tarde foram coletados resíduos totalizando uma caçamba e meia. O 1º Mutirão de Limpeza do Rio Guaratuba e costão, áreas do Parque Estadual Restinga de Bertiooga (PERB) e APA Marinha Litoral Centro contou com a participação de moradores da região de Guaratuba, da OSCIP Boracéia Viva, das equipes da Diretoria

de Operações Ambientais (DOA) da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Bertiooga e Fundação Florestal (FF), com apoio da Petrobras e Depósito Guará.

Além de melhorar a qualidade do ambiente, o objetivo da ação foi de mostrar banhistas, pescadores e moradores a necessidade de manter a natureza local preservada e livre de lixo.

Caiçaras sofrem ação de despejo

Moradores da Estação Ecológica da Jureia-Itatins, no litoral sul de São Paulo, estão ameaçados de ser despejados de suas moradias.

Muitos já receberam citações para se retirar do local, que é área de proteção integral. Alguns já moravam ali, antes da criação da estação

ecológica em 1986.

A esperança de reverter o processo está na votação do Projeto de Lei 60 de 2012, pela Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), que cria o Mosaico Unidades de Conservação da Jureia-Itatins. Com a aprovação do projeto,

parte da área de 97,2 mil hectares seria transformada em reservas de desenvolvimento sustentável, que permitiriam a permanência da maior parte das 300 famílias que vivem no local. O projeto, que já passou por consultas públicas, pode ser votado ainda em agosto.



FESTAS

